

**Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade do Estado do Mato Grosso
Cáceres - Mato Grosso - Brasil**

Revista da Faculdade de Educação - Vol. 40, (Jan/Dez) de 2024
ISSN: 2178-7476



**OS DESAFIOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NO SETOR DA EDUCAÇÃO DE BASE E A
DESIGUALDADE NO BRASIL**

**THE CHALLENGES OF THE COVID-19 PANDEMIC IN THE BASIC EDUCATION SECTOR AND
INEQUALITY IN BRAZIL**

**LOS DESAFÍOS DE LA PANDEMIA COVID-19 EN EL SECTOR DE EDUCACIÓN BÁSICA Y LA
DESIGUALDAD EN BRASIL**

Deogratias Cirhakarula Muderwa

Doutorando em Administração (PPAD – UNAMA), Mestre em Administração pela Universidade da Amazônia – UNAMA / BRASIL. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-6362-6345> E-mail: deocirha1@gmail.com.

Luciana Ferreira Rodrigues

Pós-doutorado no campo da Política Educacional; Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora da Universidade da Amazônia – UNAMA / BRASIL. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7043-0765> E-mail: luciana.ferreira@unama.br

Carmen Pineda Nebot

Licenciada en Derecho y Licenciada en Ciencia Política y de la Administración
Investigadora GEGOP- Universidad Federal de Viçosa-MG (Brasil)
E-mail: carmenpinedanebot@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6101-8560>

Luciléa dos Santos Albuquerque Balltazar

Doutoranda em Administração pela Universidade da Amazônia (Unam) e Mestre em
Administração pela Universidade da Amazônia (Unama)
E-mail: leabaltazar08@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2469-31930>

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar os impactos da pandemia e as desigualdades socioeconômicas observadas no setor educacional no Brasil. Como método, foi escolhida a revisão bibliográfica a partir da literatura publicada sobre o ensino – aprendizagem no período da pandemia. Os achados do trabalho demonstram que o setor da educação em geral e, mais especificamente, a educação pública, sofreu as consequências graves provocadas pela pandemia. Dentre os resultados, conseguimos destacar que: (a) a adaptação das escolas públicas às aulas remotas foi lenta, causando assim um atraso no processo educativo dos alunos desse setor; (b) as desigualdades observadas no Brasil entre escolas públicas e privadas, têm-se igual distanciamento entre as escolas urbanas e rurais; (c) a desigualdade foi

observada ao nível de acessibilidade dos recursos tecnológicos para realizar as aulas remotas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Pandemia; Desigualdade.

ABSTRACT: This article aims to analyze the impacts of the pandemic and the socioeconomic inequalities observed in the educational sector in Brazil. As a method, a bibliographic review was chosen based on published literature on teaching and learning during the pandemic period. The findings of the work demonstrate that the education sector in general and, more specifically, public education, suffered greatly from the serious consequences caused by the pandemic. Among the results, we were able to highlight that: (a) the adaptation of public schools to remote classes was slow, thus causing a delay in the educational process of students in this sector; (b) the inequalities observed in Brazil between public and private schools, there is an equal distance between urban and rural schools; (c) inequality was observed in the level of accessibility of technological resources to carry out remote classes.

KEY WORDS: Education; Pandemic; Inequality.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar los impactos de la pandemia y las desigualdades socioeconómicas observadas en el sector educativo en Brasil. Como método se optó por una revisión bibliográfica basada en la literatura publicada sobre enseñanza y aprendizaje durante el período de pandemia. Los hallazgos del trabajo demuestran que el sector educativo en general y, más específicamente, la educación pública, sufrió mucho las graves consecuencias provocadas por la pandemia. Entre los resultados pudimos resaltar que: (a) la adaptación de las escuelas públicas a las clases remotas fue lenta, provocando así un retraso en el proceso educativo de los estudiantes de este sector; (b) las desigualdades observadas en Brasil entre escuelas públicas y privadas, hay igual distancia entre escuelas urbanas y rurales; (c) se observó desigualdad en el nivel de accesibilidad de los recursos tecnológicos para realizar clases remotas.

PALABRAS CLAVES: Educación; Pandemia; Desigualdad.

1. Introdução

Este artigo propõe-se a analisar os desafios da pandemia da Covid-19 provocada pelo novo coronavírus, SARS-COV-2, e sua relação com a desigualdade na educação de base no Brasil. Ele aborda inicialmente a disparidade entre escolas públicas e particulares, e em seguida, enfoca a desigualdade educacional tanto nas áreas urbanas quanto rurais, evidenciando o abismo que há entre elas.

A crise sanitária provocada pela pandemia da Covid-19 afetou muitas atividades, entre elas, a educação em todos os níveis. As medidas de prevenção deixaram os alunos longe das salas de aula. As instituições de ensino tiveram que se adaptar ao novo cenário da pandemia, adotando as aulas remotas. Este cenário revelou a desigualdade no âmbito da educação brasileira entre escolas públicas e particulares; entre escolas urbanas e rurais.

Os estudos recentes de Senkevics e Bof (2022) fizeram grandes revelações sobre a desigualdade social e educacional no Brasil, os autores analisaram os impactos causados pela pandemia no setor da educação brasileira, partindo de uma pesquisa¹ realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2020), que revelou dados significativos: o questionário da pesquisa foi respondido por 118.206 escolas, das quais 97.441 escolas públicas que ofertam o ensino fundamental e 19.884 escolas públicas que oferecem ensino médio no País.

Os achados apontam que mais de 99% dessas escolas suspenderam as atividades presenciais de ensino durante o período de pandemia em 2020. Aproximadamente 97,9% das escolas públicas

1 Questionário da pesquisa Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil.

de ensino fundamental, 98,7% das escolas públicas de ensino médio e 70,9% das escolas privadas que suspenderam as aulas presenciais relataram ter adotado estratégias de ensino-aprendizagem remotas durante o ano letivo de 2020, o que demonstra que a grande maioria das escolas públicas buscou alternativas para continuar o processo educacional mesmo com as restrições impostas pela pandemia.

Os dados indicam que 59,6% das escolas pertencem a redes municipais, desse total, 63,1% das escolas públicas municipais estão localizadas em áreas urbanas e oferecem atividades escolares exclusivamente no período diurno (77,5%). Ao considerar apenas o ensino fundamental e médio, quase metade delas (47,2%) oferece exclusivamente os anos iniciais do ensino fundamental, enquanto aproximadamente um quarto oferece o ensino fundamental completo (25,4%). Além disso, cerca da metade das escolas tem um quantitativo de matrículas inferior a 150, sendo 25,9% delas contando até 50 matrículas e 21,2% entre 50 e 150 (Senkevics; Bof, 2022, p. 185).

O início do ano de 2020 foi desafiador. Ano de revelação e constatação das fortes desigualdades educacionais e sociais em uma sociedade marcada pela dicotomia entre dominador e dominado (Freire, 1970). A pandemia manifestou claramente a desigualdade educacional no Brasil, tanto entre as áreas urbanas e rurais; quanto nas diferentes classes sociais.

Algumas das estratégias para limitar a propagação do vírus adotada pela Organização Mundial da Saúde, e que diversos países adotaram foram o uso de máscaras e *face-shields*, distanciamento social, *lockdown*, entre outras. Países como o Brasil, por exemplo, implementaram gradualmente diferentes estratégias de isolamento social ao nível nacional, resultando no fechamento das escolas, desde creches até universidades. Isso exigiu a busca de formas alternativas para manter a continuidade dos processos de ensino-aprendizagem, com o uso predominante das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como ferramenta principal para viabilizar o Ensino à Distância (EAD) em um contexto emergencial (Senhoras, 2020).

O Brasil foi um dos países mais afetados pela Covid-19 na área da saúde, com perdas significativas de vidas humanas. Na área da educação, muitas escolas sofreram por longos períodos por falta das estruturas tecnológicas.

A educação nas regiões Norte e Nordeste foi, particularmente, muito afetada em comparação às regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país. Além disso, as escolas públicas sofreram mais do que as escolas particulares durante a difusão internacional do surto da pandemia de Covid-19.

2. Referencial teórico

A Organização Mundial da Saúde e os diversos países, estados e municípios adotaram medidas de enfrentamento à pandemia, às quais provocaram mudanças radicais na educação básica no Brasil e no mundo. A maioria das escolas particulares (quase $\frac{3}{4}$) optou pelo sistema de ensino remoto,

enquanto a quase totalidade das escolas públicas teve que paralisar suas atividades educativas no início da pandemia.

Desigualdade educacional

A desigualdade educacional é um fenômeno muito presente no Brasil. Segundo Pineda Nebot (2023), as diferenças sociais foram um elemento significativo da desigualdade no período da pandemia, influenciando diretamente a educação. Para Senkevics e Bof (2022), a desigualdade educacional e territorial no Brasil tem sido objeto de inúmeros estudos, e apontam para uma tendência preocupante: os efeitos da pandemia tendem a agravar ainda mais a desigualdade educacional no País. Para esses autores, a desigualdade educacional “se manifesta tanto nas condições de infraestrutura, quanto nos equipamentos e na qualidade dos profissionais das escolas que os estudantes frequentam, quanto nos resultados educacionais obtidos” (Senkevics; Bof, 2022, p. 2).

O estudo realizado por Pineda (2023, p. 5), intitulado “O Plano Nacional de Educação do Brasil 2014-2024: Uma Análise do Futuro”, mostra a desigualdade educacional no Brasil entre as Regiões Norte e Sul, Nordeste e Sudeste, assim como entre o meio urbano e rural. As instituições de ensino foram forçadas a adotar o ensino remoto, utilizando equipamentos tecnológicos para ministrar as aulas. Os professores e os alunos enfrentaram dificuldades para se adaptarem a esse “novo normal” (Trezzi, 2021, p. 2).

Os autores Ribeiro, Leal, Oliveira, Ribas (2021), reconhecem que o Brasil foi um dos grandes epicentros da pandemia no mundo. Ficou evidente a necessidade de garantir a oferta de aulas remotas em todos os níveis da educação: infantil, fundamental, médio e superior. Segundo os autores, diferentes ações e métodos foram utilizados por professores e instituições, tais como: instauração de protocolos de entrega de atividades on-line e/ou presenciais aos estudantes, famílias/responsáveis, aulas on-line e/ou via programas de televisão, rádio, grupos de aplicativos de mensagens, *WhatsApp* e *lives* por meio de redes sociais (Ribeiro; Leal; Oliveira; Ribas, 2021, p. 80 apud Alves, 2020; Almeida & Alves, 2020).

Ribeiro, Leal, Oliveira, Ribas (2021, pp 80-81), referindo-se ao século passado, mostraram que havia poucas iniciativas para atender à educação do povo do campo no Brasil. Naquela época, o modelo de educação predominante era voltado para o público urbano. Acreditava-se que o cidadão camponês não precisava necessariamente dominar a leitura e a escrita, uma vez que sua principal atividade era o trabalho na terra.

Nesta ótica, os autores resgatam o pensamento de Antunes-Rocha e Carvalho que observam que ao longo do século XX, inúmeras leis foram promulgadas e projetos implantados sem nenhum resultado expressivo. A precariedade das instalações físicas, a fragilidade dos resultados pedagógicos, a falta de organização administrativa e a presença de professores com pouca formação escolar

são características demonstradas pelos pesquisadores (Ribeiro; Leal; Oliveira; Ribas, 2021, p.81). A pandemia, por sua vez, exacerbou ainda mais esse abismo que existe entre o público urbano e rural; entre escolas públicas e particulares; entre as classes sociais. Segundo Trezzi (2021) a crise da educação no Brasil é institucional.

O direito à educação pública e gratuita é assegurado pela Carta Magna. A Constituição Federal de 1988 (CF/88) consagrou o direito à educação gratuita e financiada pelo Estado. Neste sentido, Silva e Sousa (2020, p. 964) conclamam que “o direito à educação está diretamente relacionado com a efetivação da igualdade como instrumento de liberdade”. A partir dessa visão, a educação deve ser capaz de se adaptar às transformações sociais e responder às necessidades dos estudantes diante das novas e diferenciadas demandas sociais, políticas, econômicas, religiosas e culturais (UNESCO, 2018). Para Silva e Sousa (2020), é preciso dar uma atenção especial aos grupos vulneráveis, que são os mais afetados pela pandemia da Covid-19. Para Trezzi (2021), se o Estado já enfrentava dificuldades para garantir o direito institucional à educação nos momentos normais, a crise da Covid-19 piorou a realidade educacional.

Os domicílios tornaram-se locais de ensino, pois essa foi a única forma de manter a atividade educacional, devido às medidas de proteção. A modalidade das aulas remotas intensificou as desigualdades sociais e educacionais entre alunos das escolas públicas e particulares, entre urbano e camponês. Acentuou-se também a desigualdade social entre os alunos com acesso à internet e alunos de famílias pobres, sem acesso à internet.

Desafios da pandemia no âmbito escolar

Segundo Hage e Sena (2021), apenas 48% das camadas mais pobres da população estão conectadas à rede. Apesar desse percentual, o número total de domicílios sem acesso à internet, em todo o país, é de 46,5 milhões. Além disso, constata-se que 43% das escolas rurais ainda não têm acesso à internet.

Partindo dos dados da Agência Brasil (2020) e da pesquisa *TicKids online* 2019, constatou-se que aproximadamente 4,8 milhões de crianças e adolescentes em todo o Brasil não têm acesso à internet. Essa situação que já existia antes da Pandemia foi escancarada com os efeitos da crise que sacudiu todas as estruturas. Existe também um contingente com acesso precário ou falta de equipamento necessário para se conectar (computador ou *smarthphone*). Nas áreas rurais, essa situação afeta 25% das crianças e adolescentes, e nas regiões Norte e Nordeste, esse percentual chega a 21%. Nas residências das classes D e F, a falta de acesso à internet atinge a 20% das crianças e adolescentes, esses números destacam uma significativa disparidade socioeconômica. Ressalta-se que o levantamento realizado pela CETIC.BR (2021) mostra o aumento do uso da rede internet na proporção de 83% de domicílio usando a rede e 81% de indivíduo usuário.

Trezzi (2021, p. 6) apresenta outro fator que contribuiu para aprofundar ainda mais a desigualdade na educação: a falta dos equipamentos. O autor sinaliza que muitas escolas precisavam de um recurso do qual não dispunham para o atendimento remoto. As poucas escolas privadas que estavam equipadas e/ou conseguiram se organizar rapidamente, ganharam uma vantagem competitiva. Para o autor, essa situação revelou claramente o abismo que existe entre escolas de alto padrão e instituições menos favorecidas. Essa diferença socioeconômica também se reflete na discrepância entre as famílias de renda alta e as de baixa renda.

Segundo Badin; Pedersetti e Silva (2020), desde o início da pandemia, houve um desconforto geral e uma necessidade de adaptação das rotinas. As instituições escolares, as famílias, os alunos e os professores não estavam preparados para o trabalho remoto. A particularidade desta situação trouxe muitos desafios e insegurança, exigindo que as prioridades fossem rediscutidas e revistas. Os gestores escolares viram-se obrigados a adotar estratégias diferentes e diversas para driblar os efeitos da pandemia.

De acordo com Badin, Pedersetti e Silva (2020), foi necessário criar formas de interação que nunca haviam sido praticadas na Educação Básica. Os sistemas de ensino foram obrigados a adotar medidas para garantir que nenhum aluno ficasse desamparado, tanto no direito à vida quanto no direito à educação, medidas estas que alteraram o número de domicílio com acesso à internet, bem como o número de indivíduo com acesso à rede como foi demonstrado pela CETIC.BR. As medidas tomadas pelas escolas foram desafiadoras, especialmente, para as escolas públicas que não conseguiram acompanhar o ritmo imposto pelas medidas de enfrentamento da crise sanitária provocada pela Covid-19, isso ressaltou, significativamente, na diferença entre as escolas das redes pública e particular.

3. Percurso Metodológico

Neste trabalho, foi utilizado o método qualitativo com abordagem bibliográfica. Embora haja uma quantidade significativa de estudos sobre a desigualdade educacional no Brasil, a literatura sobre os desafios provocados pela pandemia é incipiente. Os efeitos da pandemia precisam ser avaliados não apenas na área da educação, mas também nas diversas outras áreas. A forma de selecionar os textos teve como critérios: o tema, os principais atores da educação durante a crise sanitária, o Estado, escola, aluno(a), pais e docente.

A pesquisa e seleção dos artigos foi realizada no *Google Acadêmico*, onde foram identificados 29.400 artigos publicados entre 2020 e 2023 em diversas áreas como educação superior, medicina e educação inclusiva. Desse universo, foram buscados especificamente os artigos referentes à educação de base durante a pandemia, destacando os diversos desafios que a educação enfrentou no período da pandemia.

Após a exclusão dos artigos sem referência direta com a educação em tempo da pandemia, foram identificados 11 artigos principais que embasaram este trabalho. Os artigos selecionados foram baixados do *Google* acadêmico, em seguida foi realizada a leitura dos títulos e resumos, visando selecionar os trabalhos alinhados com o tema de estudo. Depois, esses trabalhos foram lidos em profundidade para a construção do presente trabalho.

Quadro 1- Artigos selecionados no diretório google acadêmico entre 2020 e 2022

Título dos artigos	Anos	Autores
Direito à educação na pandemia: Defender a vida e não as prescrições curriculares da BNCC.	2021	HAGE, S. A; SENA, I. P. F. S.
Educação, povos do campo e pandemia da COVID-19: reflexões a partir de um projeto de extensão de uma universidade pública brasileira.	2021	RIBEIRO, L. P.; LEAL, A. A. A.; OLIVEIRA, L.; RIBAS, S. R. S.
Coronavírus e Educação: Análise dos impactos assimétricos.	2020	SENHORAS, E. M.
O ensino domiciliar como política pública no Brasil: uma alternativa às escolas?	2020	SEPTIMIO, Carolline; PESSOA, Márcio de Souza.
Pandemia da COVID-19: efeitos retratados na educação pública brasileira.	2021	MELO, Marli Alves Flores.
Educação, povos do campo e pandemia da COVID-19: reflexões a partir de um projeto de extensão de uma universidade pública brasileira.	2021	RIBEIRO, Luiz Paulo et al.
Pandemia do covid-19 e o ensino remoto emergencial: mudanças na práxis docente.	2020	RONDINI, Carina Alexandra et al.
A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente.	2020	SARAIVA, Karla; TRAVERSINI, Clarice; LOCKMANN, Kamila.
Desigualdades educacionais na pandemia.	2022	SENKEVICS, Adriano Souza; BOF, Alvana Maria.
A educação frente à pandemia de COVID-19: atual conjuntura, limites e consequências.	2020	SENRA, Vanessa Braz Costa; DA SILVA, Maria Silene.
Educação básica em tempos de pandemia: tentativas para minimizar o impacto do distanciamento e manter o vínculo entre os alunos, as famílias e a escola.	2020	BADIN, A. M. A; PEDERSETTI, S.; SILVA, M. Borges da.

Fonte: Elaborado pelos próprios autores, 2023.

O Quadro 1 apresenta os artigos organizados conforme os desafios identificados em relação à situação socioeducativa no Brasil durante a Covid-19.

4. Desafios da Pandemia de Covid-19 no Setor da Educação de Base

A pandemia revelou muitos desafios na área da educação no mundo todo, em particular no contexto da educação de base no Brasil. Ficou evidente a necessidade de investimentos adicionais e de uma remodelagem do sistema e das práticas educacionais no Brasil. Silva e Sousa (2020) reconhecem que os desafios revelados pela COVID-19 são anteriores ao quadro atual. Os autores argumentam que a pandemia trouxe à tona uma série de desafios e entraves em relação ao acesso à educação de qualidade no Brasil, não obstante os desafios atuais não são exclusivamente oriundos do quadro da crise atual, mas sim, resultado de uma trajetória política-institucional que não colocou a educação como prioridade do Estado.

As deficiências educacionais percebidas no período da pandemia precisam ser abordadas para repensar e implementar as políticas públicas da educação a todos os níveis: União, Estados e Municípios. É importante destacar que, já em 2007, havia um projeto de lei na Câmara dos Deputados, o projeto de Lei nº. 349/2007 com ementa que buscava “Assegurar a inclusão digital aos alunos da Rede Pública de Ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, PROJETO LEI 394/2007). Essa iniciativa evidencia a preocupação com a inclusão digital na educação pública muito antes da pandemia. No entanto, foi somente com o advento da Covid-19 que muitas escolas foram obrigadas a migrar para as aulas remotas, o único caminho mais eficiente para contornar os efeitos da pandemia. Esta mudança drástica destacou ainda mais a importância de abordar e resolver as lacunas existentes na educação, incluindo a inclusão digital.

A preocupação com a infraestrutura também é levantada por Silva e Souza (2020) que questionam se todas as escolas, especialmente, da rede pública, possuem infraestrutura tecnológica para oferecer aulas, exercícios e atividades de qualidade no ciberespaço, se todas as disciplinas poderão ser lecionadas remotamente e se os professores terão expertise para utilizar as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) de forma eficaz. Estas preocupações são questões relevantes e que necessitam da atenção das autoridades políticas e sanitárias.

Diversos autores sinalizam que obstáculos significativos acirraram-se ainda mais durante a pandemia, no que diz respeito ao acesso à educação, especialmente para os estudantes da rede pública (Silva; Souza, 2020). A falta de acesso equitativo à educação é um fator agravante da desigualdade educacional (escolas públicas *versus* escolas particulares; escolas urbanas *versus* escolas rurais) e da desigualdade social. E nesse contexto, a educação *on-line* é vista como prejudicial em todos os aspectos.

Septimio e Pessoa (2020) argumentam contra a liberação da prática do *homeschooling* em

todas as modalidades, pois, segundo os autores, é prejudicial para a educação brasileira, por se revelar uma prática extremamente elitista frente à realidade do país (Trezzi, 2021, P. 7). Eles enfatizam que, na realidade social atual, essa modalidade de ensino favoreceria as famílias ricas, enquanto os pobres não teriam condições de se adequar a este novo padrão, eles continuariam nas escolas precárias e conseqüentemente essa modalidade perpetuaria as desigualdades educacionais e sociais.

Os desafios do Estado

O Estado sempre foi reconhecido como responsável por garantir o acesso à educação para todos os cidadãos de forma igualitária. De acordo com a CF/88, cabe ao Estado organizar o sistema educacional e assegurar sua oferta a todas as crianças e adolescentes em idade escolar.

A CF/88 no seu Artigo 6 alterada a redação pela Emenda Constitucional nº 26/2000; pela Emenda Constitucional nº 64/2010 que altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social; e pela Emenda Constitucional que dá nova redação ao Art. 6 introduzindo o transporte como direito social, este artigo destaca o direito à educação exatamente nos seguintes termos: São direitos sociais à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao transporte, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção da maternidade e à infância, à assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Os artigos 205 e 206 fundamentam os direitos dos cidadãos à educação e à igualdade de condições de acesso e da permanência na escola. Estes artigos determinam: Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (EC no 19/98 e EC no 53/2006) I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.

A Constituição Federal e as leis existentes são instrumentos eficientes para o Estado oferecer a sua população uma educação de qualidade e igualitária. Se as leis são bem formuladas, a realidade da educação na Rede Pública não acompanha tais determinações legais. A este título, Hage e Sena (2021) consideram que a educação Pública tem enfrentado grandes desafios durante a pandemia, seja no campo ou na cidade.

A realidade da maioria das escolas públicas situadas tanto na periferia urbana, assim como em comunidades tradicionais (remanescentes quilombolas, indígenas, ribeirinhos e outros) apresentam infraestruturas precárias, incluindo falta de ventilação adequada, banheiros sem higienização, escassez de material para limpeza, falta de água potável e ausência de equipamentos e insumos necessários para a concretização das atividades educativas.

Além disso, a falta de acesso à internet, a computadores, à energia elétrica, entre outros

fatores necessários, também dificulta a oferta de uma educação de qualidade, conforme exigido tanto pela lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Art. 3º. Inciso IX) quanto pela Constituição Federal (Art. 206. Inciso VII).

Apesar das disposições legais que asseguram o direito à educação básica no Brasil, a realidade demonstra que o acesso à educação está longe de ser igualitário. A infraestrutura é precária nas escolas públicas, especialmente nas áreas rurais e nas comunidades tradicionais. Tal precariedade das infraestruturas dificulta a oferta de uma educação de qualidade conforme a determinação da Constituição. Logo, o Estado começa a falhar ao descumprir a própria Constituição (Trezzi, 2021, P. 9).

O estado de emergência global decorrente do Coronavírus evidenciou a urgência de investimento nos sistemas e práticas educacionais, bem como o fortalecimento dos direitos sociais, culturais e econômicos para reduzir as desigualdades educacionais historicamente acumuladas.

Diante das realidades e dificuldades enfrentadas pela educação pública e agravadas pela pandemia que perdura desde o início do ano de 2020, constata-se que a maioria dos alunos não possui acesso à internet, a computadores e/ou celulares para que possam participar das aulas remotas. Nessa modalidade educacional, manifestam-se, claramente, que os preceitos constitucionais relacionados ao ensino público estão longe de serem cumpridos.

Os desafios enfrentados pela educação durante a pandemia tornaram-se um dilema complexo. Embora as aulas remotas representassem um único formato viável enquanto as escolas estavam fechadas, os caminhos escolhidos pelos gestores públicos, muitas vezes, tendem a excluir certos seguimentos da sociedade, ou seja, as classes mais pobres, indo contra a premissa de que a educação deve ser igualitária para todos.

Hage e Sena (2021, p. 3), ao discutirem essas soluções, afirmam que as medidas adotadas pelos órgãos responsáveis pela gestão pública e controle das políticas educacionais, em grande medida, possuem caráter profundamente excludente e potencialmente produtor de desigualdades educacionais, especialmente, para as crianças, adolescentes, jovens e adultos das classes trabalhadoras e populares que frequentam escolas públicas. Isso inclui os povos tradicionais, historicamente privados do direito à educação de qualidade, como tem sido denunciado e enfrentado há pelo menos 20 anos pelo Movimento da Educação do Campo no Brasil (Hage; Sena, 2021).

Os autores supracitados apoiam a ideia de que as escolas deveriam constituir uma força tarefa para cobrar do Estado o cumprimento das determinações constitucionais, especialmente, em tempo de pandemia da Covid-19 para que as escolas cumpram sua missão de educar. As escolas e a sociedade em geral, bem como, os diversos povos, grupos e coletivos sociais organizados precisam envidar esforços para o Estado realizar ações emergenciais de proteção social e humanitária que respeitem a saúde, a vida e os direitos das populações mais vulneráveis, como respostas concretas às necessidades essenciais da vida: educação, moradia, acesso à água potável, insumos básicos, assistência médica (Hage; Sena, 2021, p. 5).

Desafios das Escolas

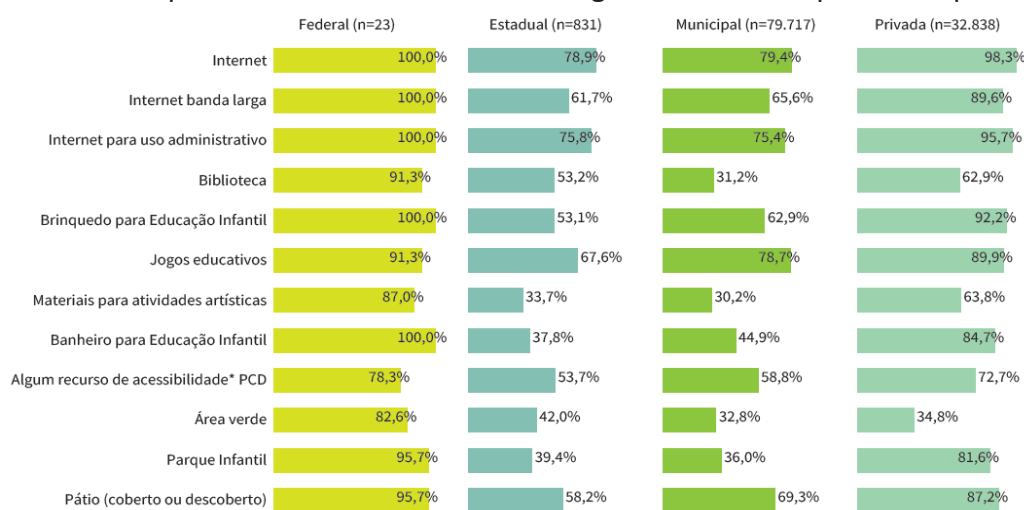
No início de 2020, todas as escolas fizeram regularmente o planejamento anual sem pensar que passariam por mudanças drásticas. No entanto, a partir de março o cenário da educação no Brasil e no mundo mudou consideravelmente. As escolas foram confrontadas pelos desafios impostos pela pandemia, o que resultou na medida do distanciamento social, levando à interrupção das aulas presenciais e fechamento das escolas em todo o território nacional. As escolas tiveram que encontrar alternativas para continuar a fornecer o serviço da educação aos alunos longe das tradicionais salas de aulas físicas.

A adaptação a esse novo modo de ensino representou um grande desafio para as escolas. A transformação das salas de aula presenciais em ambientes virtuais exigiu esforços consideráveis, incluindo a montagem de laboratórios e a aquisição de equipamentos específicos para essa finalidade.

Escolas Públicas e Privadas

As escolas públicas foram fortemente impactadas com os efeitos da pandemia. De acordo com os dados supracitados do INEP que corroboram esta pesquisa, “99,3% das escolas brasileiras suspenderam as atividades presenciais” (INEP 2021). Esse estudo oferece uma visão geral da situação da educação, mostrando que no ano letivo de 2020, 90,1% das escolas brasileiras não retornaram às atividades presenciais. Esse cenário variou de acordo com a rede de ensino: 98,4% das escolas da rede federal não retornaram às aulas, seguida da rede municipal (97,5%), estaduais (85,9%) e privadas (70,9%). A mesma fonte aponta que as escolas públicas na região Norte, estimadas numa proporção de menos de 60%, não têm acesso à internet. O gráfico a seguir representa a disponibilidade da internet nas escolas de educação fundamental.

Gráfico 01. Disponibilidade de recursos tecnológicos nas escolas públicas e privadas



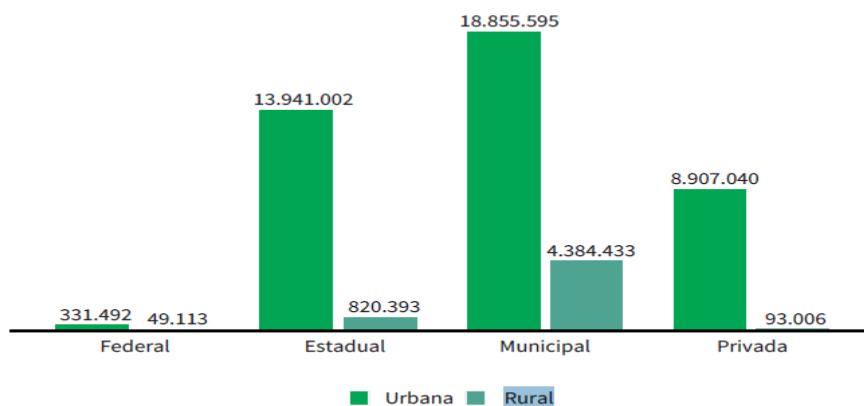
Fonte: INEP, 2023.

O Gráfico 01 apresenta uma análise da distribuição de recursos em instituições educativas públicas e privadas. Os dados foram coletados de 23 escolas federais, 831 estaduais, 79.717 municipais e 23.838 privadas. Notavelmente, as escolas municipais aparecem em primeiro lugar, seguido das escolas privadas. Quando se trata da disponibilidade da internet que é um recurso fundamental durante o período da pandemia, percebe-se que as escolas particulares tiveram mais acesso do que as públicas.

Durante o período de distanciamento, Palú; Schütz e Mayer (2020) destacam que os trabalhos eram enviados pelos professores de cada disciplina, com mediação da equipe gestora para garantir que chegassem aos alunos, especialmente àqueles sem acesso à rede. Nos estados do Norte do Brasil, como Acre, Amazonas, Pará, Roraima e Amapá, onde cerca de 60% das escolas públicas não tem acesso à internet, as dificuldades foram ainda maiores.

Essas escolas encontraram-se desprovidas dos recursos necessários para fornecer uma educação de qualidade aos alunos durante a pandemia. O setor da educação foi duramente afetado pelo distanciamento social, o que impactou diretamente na qualidade do ensino na Rede Pública. Nas áreas rurais, onde o ensino já era precário, a pandemia agravou ainda mais essa situação. O gráfico a seguir representa o número de alunos matriculados em escolas públicas e privadas, distinguindo entre as áreas urbanas e rurais.

Gráfico 02. Número de matrículas nas redes públicas e privadas segundo a localização da escola



Fonte: INEP, 2023.

Os dados apresentados no gráfico 02 demonstram uma disparidade significativa no acesso à educação entre áreas urbanas e rurais em todo o território nacional. A seguir demonstramos de forma resumida os dados fornecidos:

Escolas Federais de Educação Básica:
 Área Urbana: 331.492 alunos matriculados
 Área Rural: 49.113 alunos matriculados
 Proporção de Escolas: 85% Urbanas, 15% Rural

Escolas Estaduais

Área Urbana: 13.941.002 alunos matriculados

Área Rural: 820.393 alunos matriculados

Proporção de Escolas: A maioria (94%) das escolas estão na área urbana.

Escolas Municipais

Área Urbana: 18.855.595 alunos matriculados

Área Rural: 4.384.433 alunos matriculados

Proporção de Escolas: Cerca de 77% na área urbana e 23% na área rural.

Escolas Particulares

Área Urbana: 8.907.040 alunos matriculados

Área Rural: 93.006 alunos matriculados

Proporção de Escolas: 90% Urbanas, 10% Rurais.

Essas informações demonstram claramente a realidade das desigualdades que assolam a população estudantil. Pesquisas futuras poderiam investigar o impacto de tal realidade na trajetória educacional, nas oportunidades de ensino universitário e na integração social dos estudantes da zona rural quando comparada com seus pares da zona urbana.

Palú, Schutz e Mayer (2020) ressaltam uma preocupação sobre as chances dos jovens de condições socioeconômicas mais baixas sobre o acesso às instituições de ensino universitário nos seguintes termos: se para os jovens pobres já estava difícil competir com os jovens ricos por uma vaga nas universidades, imagine agora nas condições atuais em que os jovens de famílias pobres não estudaram de forma satisfatória o conteúdo do Ensino Médio por causa da pandemia? Os resultados do desempenho dos alunos na tabela 01 demonstram a diferença entre as escolas públicas e privadas.

Tabla 1.- Indicadores educacionais compostos por: Taxa de Aprovação, SAEB e IDEB por rede de ensino - Brasil - 2021.

Brasil	Rede	Taxa de Aprovação - 2021						Nota SAEB - 2021			IDEB 2021 (N x P)
		Total	1ª	2ª	3ª	4ª	Indicador de Rendimento (P)	Matemática	Língua Portuguesa	Nota Média Padronizada (N)	
Brasil	Total	90,8	91,1	89,3	92,3	87,8	0,90	270,85	275,89	4,62	4,2
Brasil	Estadual	89,8	90,4	88,1	91,2	88,2	0,89	262,37	269,54	4,41	3,9
Brasil	Pública	89,8	90,2	88,1	91,2	88,1	0,89	262,71	269,79	4,42	3,9
Brasil	Privada	98,5	97,9	98,4	99,3	83,2	0,94	322,25	314,46	5,92	5,6

Fonte: MEC/Inep

Na tabela 1 percebe-se que os resultados da rede privada superavam os da rede pública, apesar de um aumento significativo nas taxas de aprovação na rede pública. Esse aumento pode estar relacionado a ajustes nos critérios de aprovação e à adoção do *continuum* curricular, já que

essas estratégias foram recomendadas e adotadas por parte das escolas, conforme apontado pela nota informativa do Ideb 2021.

Desafios dos Docentes

A desigualdade ligada aos professores é evidenciada pela falta de adequação entre os professores e as disciplinas que ministram. Consonante com os dados do INEP, poucas disciplinas são ministradas por professores qualificados. Nas regiões Norte, Nordeste e parte do Centro-Oeste, os índices são muito baixos, variando entre 0 e 40%. Enquanto isso, nas regiões Sul e Sudeste os indicadores são mais elevados, variando entre 60 e 100% (INEP, 2021). Esta disparidade destaca a carência das políticas públicas que visam melhorar a formação e a distribuição de professores qualificados em todas as regiões do país, assegurando uma educação de qualidade em todo o território nacional.

Desafios dos alunos

Diante do panorama apresentado, tornam-se perceptíveis as dificuldades enfrentadas pelos estudantes brasileiros da educação básica da rede pública de ensino. As disparidades socioeconômicas, suscitadas pela distribuição desigual de rendas no Brasil, refletem-se no dia-a-dia dos alunos e, intensificaram-se por causa da crise sanitária deflagrada pela pandemia.

Os estudantes das escolas particulares desfrutam das vantagens competitivas justificadas pelo acesso aos equipamentos que são utilizados no processo de ensino - aprendizagem em tempo de pandemia. Este acesso às TICs permitiu-lhes continuidade do desenvolvimento das atividades escolares por meio de plataformas digitais *on-line*. Por outro lado, os estudantes da rede pública enfrentavam a falta de acesso aos computadores, aos celulares e à rede de internet, entre outros problemas.

Nos diversos municípios brasileiros, a falta de acesso aos serviços da internet persiste devido à ausência de infraestrutura de conexão. Essa falta de conectividade atinge muitos alunos. De acordo com Palú, Schütze e Mayer (2020, p. 94): “nem todos os alunos têm acesso às tecnologias e à internet para poderem se conectar às escolas, aos professores e dar continuidade aos seus estudos.” Ao lado dos alunos estão os pais que também enfrentam outros tipos de problemas além da escolaridade dos seus filhos.

Desafios dos Pais

A pandemia gerou um sentimento de impotência e incerteza em todo o mundo. Para os pais, essa experiência foi muito desafiadora ao ponto de abalar a estabilidade da estrutura familiar, adiar projetos e provocar mudanças cujas consequências ainda são desconhecidas. Além das dificuldades psicossociais e emocionais, muitos pais precisaram conciliar o *home office* com as tarefas domésticas e o acompanhamento mais próximo da educação dos filhos, muitos não estavam preparados para auxiliar os filhos nas suas atividades escolares. O isolamento social pode afetar a saúde física e mental de pais/filhos (Chaves, 2021). Adaptar-se satisfatoriamente em pouco tempo a todas as mudanças impostas pela pandemia foi um enorme desafio para os pais. Neste momento, é fundamental que os pais, com o apoio da escola, desenvolvam estratégias de enfrentamento que os ajudem na tarefa tão árdua de ensino – aprendizado dos seus filhos.

A desigualdade no Brasil

O Brasil, enquanto um país de dimensões continentais, enfrenta inúmeros desafios, decorrentes das marcantes disparidades socioeconômicas e estruturais presentes em suas políticas públicas. Destacam-se as políticas voltadas para área da educação. A disparidade nas demandas educacionais entre as diferentes regiões brasileiras tem sido evidente, resultando em divergências significativas no desempenho dos professores e alunos durante a pandemia.

Apesar das garantias de acesso igualitário estabelecido pela CF/88, a realidade educacional continua sendo marcada por desigualdades, como demonstram os estudos de Palú; Schütz; Mayer (2020) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2021).

Percebe-se que nas regiões mais desenvolvidas do Brasil, por exemplo, Sudeste e Centro-Oeste onde 94,7% e 94,5% respectivamente, tiveram condições de acesso aos meios digitais, através das plataformas são muito mais promissoras; uma vez, que uma parcela significativa de alunos, principalmente nas escolas particulares, dispõe de recursos tecnológicos como computadores, *tablets* e celulares com acesso à internet. As regiões Norte e Nordeste, por outro lado, apresentaram o menor percentual de acesso 80,1% e 87,7% respectivamente, representando o menor índice de acesso aos recursos aos meios digitais, enquanto nas outras regiões, o índice de acesso variou entre 91,6% e 92,4% (IBGE, 2021). Esses recursos auxiliam sobremaneira na manutenção do interesse do aluno em participar no processo de ensino-aprendizagem *on-line* (Hage; Sena, 2021).

Por outro lado, referindo-se aos números de acesso aos recursos educacionais das populações das regiões Sudeste e Centro-Oeste são comparadas com as regiões Norte e Nordeste, a diferença é notável. Portanto, enfrentar este desafio representa uma tarefa extremamente complexa, demandando um esforço conjunto de todos os segmentos da sociedade brasileira, especialmente dos governos e gestores escolares para minimizar essa desigualdade.

O distanciamento criado entre escola, professores e alunos/famílias durante a pandemia, além da precariedade da oferta de ferramentas pedagógicas e tecnológicas, indispensáveis para a difusão e a socialização do conhecimento, assim como as condições socioeconômicas precárias de estudantes e famílias, principalmente nas escolas públicas, têm provocado a desistência dos alunos nas escolas, causando um prejuízo na formação educacional em todos os seus níveis de ensino (Hage; Sena, 2021).

5. Considerações finais

A pandemia está sendo responsável por mudanças drásticas na rotina da população mundial. O setor da educação é um dos mais atingidos. A determinação das estratégias de controle da propagação do vírus, tais como uso das máscaras, isolamento social, entre outras. Essas medidas mudaram profundamente a rotina das atividades escolares. As escolas públicas e particulares fecharam suas portas, mantendo os alunos distantes das salas de aulas e adotaram a estratégia das aulas remotas.

O site SAE Digital alertou que de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), “a pandemia da Covid-19 já impactou os estudos de mais de 1,5 bilhão de estudantes em 188 países”, número que representa cerca de 91% do total dos estudantes do mundo. No Brasil, o impacto foi mais forte e aprofundou a desigualdade educacional que já existia no país.

Esse cenário provocou a adoção do ensino à distância com atividades remotas em um ambiente virtual e nova forma de ministrar as aulas para dar continuidade ao processo de ensino - aprendizagem. Os estudantes, principalmente das escolas públicas, foram extremamente prejudicados por falta de equipamentos como computadores, tablets, smartphones e acesso à internet. Apesar das dificuldades elencadas neste trabalho, o ensino à distância tem seus benefícios.

Concluindo esta reflexão sobre os desafios da pandemia, pode-se observar que o setor da educação foi um dos mais atingidos e precisou buscar rápidas soluções para evitar perdas maiores. Muitos atores envolvidos no universo da educação: União, Estado, Municípios, iniciativa privada não estavam preparados para enfrentar um cenário pandêmico, no entanto mudaram suas estratégias conforme as necessidades do momento. Os alunos, por sua vez, depararam-se com seus próprios desafios, assim como os pais, os quais tiveram que lidar com toda a parte assistencial voltada para a educação dos seus filhos em meio a um cenário de incertezas.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz *et al.* Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 663-677, 2020.

ANTÔNIO HAGE, Salomão; FREITAS DE SOUZA SENA, Ivânia Paula. DIREITO À EDUCAÇÃO NA PANDEMIA: defender a vida e não as prescrições curriculares da BNCC. **Revista Espaço do Currículo**, v. 14, n. 2, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1983-1579.2021v14n2.58060>. Acesso em: 30 dez. 2021.

ANTUNES-ROCHA, M.; CARVALHO, C. Caderno II: Educação do Campo: histórico, princípios, conceitos e práticas. **Belo Horizonte: UFMG/FaE**, 2016.

APAROV, A. M.; IVANII, O. M.; SHESTOPALOV, R. M.; ADASHYS, L. I.; MOROZOV, O. V. Right to education as a factor of education public administration in the european court of human rights practice. **Revista Gênero e Interdisciplinaridade**, [S. l.], v. 1, n. 01, 2020. DOI: 10.51249/gei.v1i01.35. Disponível em: <https://www.periodicojs.com.br/index.php/gei/article/view/35>. Acesso em: 9 apr. 2024.

ARRUDA, Eucidio Pimenta. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. **Em Rede-Revista de Educação a Distância**, v. 7, n. 1, p. 257-275, 2020.

BADIN, Ana Maria Andreola; PEDERSETTI, Simone; SILVA, Melissa Borges da. Educação Básica em tempos de pandemia: tentativas para minimizar o impacto do distanciamento e manter o vínculo entre os alunos, as famílias e a escola. **Os Desafios Da Educação Em Tempos De Pandemia**, p. 123-137, 2020.

BRASIL. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/divulgados-dados-sobre-impacto-da-pandemia-na-educacao>. Acessado 30 dez. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38307-161-6-milhoes-de-pessoas-com-10-anos-ou-mais-de-idade-utilizaram-a-internet-no-pais-em-2022#:~:text=O%20Norte%20\(84%2C0%25\),rede%20privada%20e%20rede%20p%3BAblica](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38307-161-6-milhoes-de-pessoas-com-10-anos-ou-mais-de-idade-utilizaram-a-internet-no-pais-em-2022#:~:text=O%20Norte%20(84%2C0%25),rede%20privada%20e%20rede%20p%3BAblica). Acesso em 08 de maio 2024.

CHAVES, Erlaine. **Desafios dos pais na pandemia**, 2021. Disponível em: <https://www.objetivoalinhos.com.br/psicologa-vai-abordar-desafios-dos-pais-na-pandemia-em-palestra-virtual/> Acesso em: 6 abr. 2022

DE FREITAS VIEIRA, Márcia; DA SILVA, Carlos Manuel Seco. A Educação no contexto da pandemia de COVID-19: uma revisão sistemática de literatura. **Revista brasileira de informática na educação**, v. 28, p. 1013-1031, 2020.

FONEC – FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO. Carta do Fórum Nacional de Educação do Campo - FONEC, Articulações, Comitês e Fóruns Estaduais de Educação do Campo e Apoiadores/as. Brasília. 2020.

Indicador inédito sobre uso da Internet durante a pandemia integra a TIC Domicílios 2020. Disponível em <https://cetic.br/pt/noticia/cresce-o-uso-de-internet-durante-a-pandemia-e-numero-de-usuarios-no-brasil-chega-a-152-milhoes-e-o-que-aponta-pesquisa-do-cetic-br/#:~:text=Pela%20primeira%20vez%2C%20o%20levantamento,de%207%20pontos%20percentuais%2C%20respectivamente>. Acesso em 07 maio 2024.

MELO, Marli Alves Flores. Pandemia da COVID-19: efeitos retratados na educação pública brasileira. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 7, n. 20, p. 79-97, 2021.

PALÚ, Janete; SCHÜTZ, Jenerton Arlan; MAYER, Leandro. Desafios da educação em tempos de pandemia. **Cruz Alta: Ilustração**, v. 324, 2020.

PINEDA, Carmen Nebot. O plano nacional de educação do Brasil 2014-2024: uma análise do futuro. **Revista da faculdade de educação - fluxo contínuo**. v. 39, n. 1, 2023.

RIBEIRO, Luiz Paulo et al. Educação, povos do campo e pandemia da COVID-19: reflexões a partir de um projeto de extensão de uma universidade pública brasileira. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 86, n. 1, p. 79-96, 2021.

RONDINI, Carina Alexandra et al. Pandemia do covid-19 e o ensino remoto emergencial: mudanças na práxis docente. **Educação**, v. 10, n. 1, p. 41-57, 2020.

SARAIVA, Karla; TRAVERSINI, Clarice; LOCKMANN, Kamila. A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente. **Práxis educativa**, v. 15, 2020.

SENHORAS, Elói Martins. Coronavírus e educação: análise dos impactos assimétricos. **Boletim de conjuntura (BOCA)**, v. 2, n. 5, p. 128-136, 2020.

SENKEVICS, Adriano Souza; BOF, Alvana Maria. Desigualdades educacionais na pandemia. **Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais**, v. 7, 2022.

SENRA, Vanessa Braz Costa; DA SILVA, Maria Silene. A educação frente à pandemia de COVID-19: atual conjuntura, limites e consequências. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 12, p. 101771-101785, 2020.

SEPTIMIO, Carolline; DE SOUZA PESSOA, Márcio. O Ensino domiciliar como política pública no Brasil: uma alternativa às escolas? **Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp**, v. 8, n. 2, p. 133-146, 2020.

SOUZA, Williane Marques. Educação em tempos de pandemia: desigualdade social ainda mais em evidência, 2020. Disponível em: <https://unieducar.org.br/blog/educacao-em-tempos-de-pandemia-desigualdade-socialainda-mais-em-evidencia?>. Acesso em: 21 fev. 2022.

TREZZI, Clóvis. A educação pós-pandemia: uma análise a partir da desigualdade educacional. **Dialogia**, n. 37, p. 18268, 2021.

Recebido em 10 de abril de 2024

Aceito em 09 de maio de 2024

Publicado em 28 de maio de 2024